

RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.500 - SP (2015/0316313-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : FRANCISCO SCARCELLI
ADVOGADOS : ROQUE WALMIR LEME - SP182659
TIAGO RAMOS CURY E OUTRO(S) - SP168486

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. CÔMPUTO DO TEMPO DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE PARA EFEITO DE CARÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO EM PERÍODO INTERCALADO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão do Tribunal Regional Federal da 3a. Região, assim ementado:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. APOSENTADORIA POR IDADE. PERÍODOS EM GOZO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. CÔMPUTO PARA FINS DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O C. STJ já decidiu no sentido de que o auxílio acidente pode compor a carência necessária à concessão da aposentadoria por idade.

2. Se os períodos em gozo de auxílio acidente estiverem intercalados com períodos contributivos, devem ser computados como tempo de contribuição, a teor do Art. 55 da Lei 8.213/91. Precedente do STJ.

3. Agravo desprovido.

2. Em seu Apelo Especial, o INSS sustenta violação aos arts. 535 do CPC/1973, 24, 25, II, 27, 29, 48 e 142 da Lei 8.213/1991 e 3o. da Lei 10.666/2003, ao argumento de que o tempo de recebimento do auxílio-acidente só pode ser computado como carência na hipótese em que esteja intercalado com períodos contributivos, o que não é o caso dos autos. Defende, ainda, que só há direito adquirido à aposentadoria por contribuição quando preenchidos concomitantemente os requisitos de

idade e contribuição.

3. É o relatório.

4. No tocante ao art. 535 do CPC/1973, inexistente a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

5. Quanto ao mais, a Corte de origem, confirmando a sentença, contraria a afirmação do INSS, consignando que o auxílio-acidente está intercalado com período contributivo (fls. 18).

6. Assim, o acórdão recorrido está em consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte. É possível considerar o período em que o Segurado esteve em gozo de benefício por incapacidade, para fins de carência, no cálculo da aposentadoria por tempo de serviço, desde que intercalados com períodos contributivos. Confirmando tal orientação, os seguintes julgados:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. APOSENTADORIA. CÔMPUTO DO TEMPO DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE PARA EFEITO DE CARÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO EM PERÍODO INTERCALADO. POSSIBILIDADE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - O tempo em que o segurado recebe benefício por incapacidade, se intercalado com período de atividade e, portanto, contributivo, deve ser contado como tempo de contribuição e, conseqüentemente, computado para efeito de carência. Precedentes.

III - Recurso especial desprovido (REsp. 1.602.868/SC, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 18.11.2016).

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-SUPLEMENTAR. CÔMPUTO DO TEMPO CORRESPONDENTE PARA EFEITO DE APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO QUE INTEGRA, MAS NÃO SUBSTITUI, O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. SEGURADO QUE NÃO CONTRIBUIU PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO QUE PRETENDE COMPUTAR. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. *Por força do disposto no art. 55 da Lei n. 8.213/1991, no cálculo da aposentadoria por tempo de serviço, "é possível considerar o período em que o segurado esteve no gozo de benefício por incapacidade (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) para fins de carência, desde que intercalados com períodos contributivos" (AgRg no REsp 1.271.928/RS, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 16/10/2014; REsp 1.334.467/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 28/05/2013; AgRg no Ag 1.103.831/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 03/12/2013). Nos termos do art. 31 da Lei n. 8.213/1991, o valor mensal do auxílio-acidente - e, por extensão, o valor do auxílio-suplementar, que foi absorvido por aquele (AgRg no REsp 1.347.167/RS, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, julgado em 18/12/2012; AgRg no REsp 1.098.099/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 27/11/2012; AgRg no AREsp 116.980/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 03/05/2012) - "integra o salário-de-contribuição" tão somente "para fins de cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria".*

E "serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário (gratificação natalina)" (art. 29, § 3º). De acordo com o art. 214 do Decreto n. 3.048/1999, não integram o salário-de-contribuição (§ 9º) os "benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, ressalvado o disposto no § 2º" (inc. I), ressalva relacionada com o salário-maternidade. À luz desses preceptivos legais, é forçoso concluir que não pode ser computado como tempo de serviço para fins de qualquer aposentadoria o período em que o segurado percebeu apenas o auxílio-suplementar - salvo se no período contribuiu para a previdência social.

2. *Recurso especial desprovido (REsp. 1.247.971/PR, Rel. Min. NEWTON TRISOTTO, DJe 15.5.2015).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. CÔMPUTO DO TEMPO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE COMO PERÍODO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE, DESDE QUE INTERCALADO COM PERÍODO DE EFETIVO TRABALHO. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER ANTES DO

*TRÂNSITO EM JULGADO. EFEITOS ERGA OMNES LIMITADOS À
COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ÓRGÃO PROLATOR.*

1. *Ação civil pública que tem como objetivo obrigar o INSS a computar, como período de carência, o tempo em que os segurados estão no gozo de benefício por incapacidade (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez).*

2. *O acórdão recorrido julgou a lide de modo fundamentado e coerente, não tendo incorrido em nenhum vício que desse ensejo aos embargos de declaração e, por conseguinte, à violação do art. 535 do Código de Processo Civil.*

3. *É possível considerar o período em que o segurado esteve no gozo de benefício por incapacidade (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) para fins de carência, desde que intercalados com períodos contributivos.*

4. *Se o período em que o segurado esteve no gozo de benefício por incapacidade é excepcionalmente considerado como tempo ficto de contribuição, não se justifica interpretar a norma de maneira distinta para fins de carência, desde que intercalado com atividade laborativa.*

5. *Possibilidade de execução da obrigação de fazer, de cunho mandamental, antes do trânsito em julgado e independentemente de caução, a ser processada nos moldes do art. 461 do Código de Processo Civil.*

6. *Prevalece nesta Corte o entendimento de que a sentença civil fará coisa julgada erga omnes nos limites da competência territorial do órgão prolator, nos termos do art. 16 da Lei n. 7.347/85, alterado pela Lei n. 9.494/97.*

7. *O valor da multa cominatória fixada pelas instâncias ordinárias somente pode ser revisado em sede de recurso especial se irrisório ou exorbitante, hipóteses não contempladas no caso em análise.*

8. *Recurso especial parcialmente provido (REsp. 1.414.439/RS, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 3.11.2014).*

7. Tal compreensão encontra eco na doutrina especializada acerca do tema:

Percebe-se que a Lei 8.213/91, em seu art. 55, II, apenas determina que o tempo em gozo de benefício intercalado por períodos de atividade deve ser computado como tempo de contribuição, não havendo determinação de tempo mínimo, pelo que mesmo curtos períodos trazem como consequência a

possibilidade de reconhecimento do tempo em gozo de benefício, para fins de cumprimento do requisito.

Uma vez havendo retorno ao trabalho, seja em virtude da cessação do benefício por determinação pericial, seja pelo retorno ao labor, situações previstas nos artigos 46 e 47 da Lei 8.213/91, ou ainda por solicitação de retorno prevista no artigo 50 do Decreto 3.048/99, o tempo em gozo de benefício valerá como tempo de contribuição e como carência. Vale lembrar que, nos casos de benefício vale mesmo quando não intercalado entre períodos de atividade.

Uma vez atingida a idade e a carência necessárias, após a cessação do benefício ou durante sua percepção, havendo contribuições posteriores para os casos de benefícios comuns ou mesmo não havendo para os casos de benefícios decorrentes de acidente do trabalho, portanto, poderá ser requerido junto ao INSS o benefício de aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição conforme o caso, devendo ser utilizado, para fins de cálculo, como salário de contribuição do período em gozo de benefício, o valor do salário de benefício, nos termos do art. 29, § 5o. da Lei 8.213/91 (BITTENCOURT, André Luiz Moro. Manual dos Benefícios por incapacidade laboral e deficiência. Curitiba: Alteridade, 2018, p. 208/209).

8. Ademais, seria inviável a revisão do acervo probatório dos autos a fim de desconstituir a premissa fixada no acórdão de que o benefício está intercalado com período contributivo, ante a incidência da Súmula 7/STJ.

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial do INSS.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR